



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA

A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
MONSENHOR SALLES

REJANE GUEDES DO NASCIMENTO

CAMPINA GRANDE - PB

2014

REJANE GUEDES DO NASCIMENTO

**A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
MONSENHOR SALLES**

Monografia apresentada à Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Especialista em Formação de Professores da Educação Básica, sob a orientação da Prof^ª. Paula Almeida de Castro.

ORIENTADOR (a):

Prof^ª Dr^a Paula Almeida de Castro.

CAMPINA GRANDE - PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

N244e Nascimento, Rejane Guedes do
A evasão escolar na educação de jovens e adultos na Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor Salles [manuscrito] / Rejane Guedes do Nascimento. - 2014.
29 p. : il. color.

Digitado.
Monografia (Especialização em Formação de Professores da Educação Básica) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
"Orientação: Profa. Dra. Paula Almeida de Castro, Departamento de Educação".

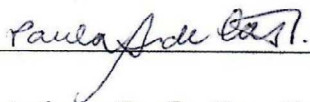
1. Educação de Jovens e Adultos - EJA 2. Evasão Escolar 3. Avaliação Escolar 4. Ensino Fundamental 5. Ensino Médio I.
Título. 21. ed. CDD 374

REJANE GUEDES DO NASCIMENTO

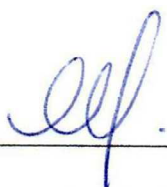
**A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO
FUNDAMENTAL MONSENHOR SALLES**

APROVADO EM 17/09/2014

Monografia apresentada à Universidade Estadual da
Paraíba, o requisito para a obtenção do título de
Especialista em Formação de Professores da
Educação Básica,



Orientadora: Profa. Dra. Paula Almeida de Castro



Profa. Dra. Morgana Lígia de F. Freire



Prof. Me. Sílvio César Lopes da Silva

DEDICATÓRIA

DEDICO este trabalho primeiramente ao meu DEUS criador de todas as coisas, pois sem ELE nada seria, aos meus filhos que sempre me incentivaram a continuar meus estudos e a todos que de uma forma ou de outra contribuíram com a realização de um sonho.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, inicialmente, à DEUS por estar comigo em todos os momentos da minha vida, ajudando-me na superação de todos os obstáculos e principalmente, por ter concebido a graça divina desta vitória.

A minha família, que sempre esteve ao meu lado dando apoio, amor, carinho e acreditando fielmente em mim. Ela é a minha maior torcida.

As pessoas, que eu tive contato durante o período de pesquisa, pelas informações e depoimentos valiosos sem os quais esse trabalho não se realizaria.

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que direta ou indiretamente participaram da minha trajetória profissional e me ajudaram a chegar até este momento.

Ainda que eu fale a língua dos homens e dos anjos, se não tiver amor, serei como o bronze que soa ou como o cimbaló que retine.

I Coríntios 13:1

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo contribuir para a redução da evasão escolar nas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor Salles do Distrito de Galante – PB. Partimos do pressuposto de que escola enquanto espaço de socialização e produção do conhecimento, precisa preparar o aluno dessa modalidade de ensino, para que caminhe com seus próprios passos, tendo autonomia e liberdade. Entretanto, observa-se que pleno século XXI existe escolas que regulam e classificam os alunos por meio de avaliações padronizadas, assim ao invés de ser um espaço de inclusão, acaba se tornando um espaço de exclusão, pois os que não se enquadram nesse modelo, estão fora. Esta situação se agrava ainda mais, quando se trata da EJA, modalidade de ensino que não tem sido atendida em suas especificidades. Nesse sentido, é importante refletir sobre a avaliação escolar que é um dos os fatores que tem levado os alunos a evadir.

PALAVRAS – CHAVE: Evasão Escolar, EJA, Avaliação.

ABSTRACT

The present work aims to contribute to the reduction of truancy in classes of Youth and Adults (EJA) State School for Elementary and High School District Salles Bishop Galante - PB. We assume that school as a space for socialization and knowledge production, the student needs to prepare this type of education, to walk with their own steps, having autonomy and freedom. However, it is observed that the XXI century there are schools that regulate and classify students through standardized testing, so instead of being a space of inclusion, eventually becoming a space of exclusion, because those who do not fit this model, are out. This situation is even worse when it comes to adult education, teaching method that has not been answered in their specificity. Thus, it is important to reflect on the evaluation of a school that is the factors that has led students to escape.

Words – key: Evasion academic, EJA, evaluation.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

E.E.E.F. – Escola Estadual de Ensino Fundamental

PB – Paraíba

m² – metros quadrados

s/n – sem número

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

EJA – Educação de Jovens e

Adultos

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	11
2. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SEUS DESAFIOS.....	14
2.1. Evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos: causas e consequência..	16
2.2. A avaliação da Aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos.....	19
2.3. Gestão escolar e a Educação de Jovens e Adultos.....	22
3. METODOLOGIA.....	24
3.1. Caracterização da Intervenção.....	25
3.2. Campo de Intervenção.....	25
3.3. Sujeitos participantes.....	25
3.4. Descrição da proposta de Intervenção.....	25
3.4.1. Ações propostas.....	26
3.4.2. Recursos para a intervenção.....	26
3.4.3. Avaliação.....	26
Considerações Preliminares.....	28
Referências.....	29

1. INTRODUÇÃO

O ensino no Brasil, nas últimas décadas, tem sido orientado por ideologias muitas vezes incapazes de enxergar os vários problemas vivenciados pelos alunos, professores e equipe técnico-administrativa da escola. Embora, as palavras democracia e cidadania estejam presentes nos textos legais a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) – LDB, que institui a escola como um espaço ao alcance de todos, um espaço inclusivo que deve considerar o sujeito como um ser social e prepará-lo para que adentre no campo do trabalho, percebemos que há um descompasso entre o expresso na lei e o que é realizado na prática.

Na realidade, percebemos que em pleno século XXI existem escolas que regulam e que classificam os alunos por meio de avaliações padronizadas e, ao invés de ser um espaço de inclusão, acaba se tornando um espaço de exclusão, pois os que não se enquadram nesse modelo, estão fora. Esta situação se agrava ainda mais, quando se trata da Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade esta que não tem sido atendida em suas especificidades. Muitos desses alunos retornaram à escola, mas em uma incômoda condição de defasagem idade/série, o que pode causar conflitos e possivelmente nova evasão. Sabe-se que as causas da evasão escolar são variadas: condições socioeconômicas, culturais, geográficas ou mesmo questões referentes aos encaminhamentos didáticos – pedagógicos, a baixa qualidade do ensino das escolas e os métodos avaliativos utilizados pelos docentes, podem ser apontadas como causas possíveis para a evasão escolar no Brasil.

Em face da importância da educação escolar na vida dos indivíduos, este trabalho que tem por objetivo contribuir para a redução da evasão escolar nas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor Salles, situada no distrito de Galante- Campina Grande-PB. Nosso interesse parte de uma reflexão que fizemos após termos observado o aumento da evasão nas turmas de EJA, e que esta evasão pode está relacionada à cobrança avaliativa que o professor faz em relação a este alunado, pois

o nosso exercício pedagógico é atravessado mais por uma pedagogia do exame do que uma pedagogia do

ensino/aprendizagem. A comunicação do que se pede num teste pode não ser claro, mas o professor com sua autoridade, sempre tenderá a dizer que ele tem razão e que o aluno não sabia, por isso, não deu a resposta. Não poderia ser porque não entendeu o que se pediu? A ambigüidade do que se solicita num teste pode revelar mal à expectativa do professor e deste modo a resposta do aluno poderá ser considerado inadequadamente, por não estar capacitado e só não manifestar o desempenho esperado por ter sido impossível entender o que se queria. Então o professor, autoritariamente, decide que a comunicação estava bem feita e o aluno deve ser classificado como incompetente (LUCKESI, 1996, p. 38).

O autor constata que a avaliação pautada essencialmente nas provas e nos exames remete ao plano secundário, o significado do ensino e da aprendizagem, quando superestima estes mecanismos, perdendo assim a função de subsidiar a decisão de melhoria da educação oficial. Sendo assim, percebemos que a avaliação e seus respectivos instrumentos não podem ser concebidos na contemporaneidade como uma “arma”, punição, pois essa concepção revela que o educador tem o prazer de evidenciar a não aprendizagem de seu alunado, e com isso não percebe que o fracasso desses alunos é consequência muitas vezes de um trabalho desenvolvido de maneira equivocada, o isso pode causar a evasão escolar.

Diante de tal situação, nos indagamos sobre a seguinte questão: O que leva os alunos da EJA da Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor Salles, a evadirem? Será que os processos avaliativos realizado pelos professores têm contribuído para que ocorra esta evasão?

Assim, a escolha da evasão escolar como via central de intervenção deste projeto, no que tange aos métodos avaliativos dos docentes em relação aos alunos da EJA, pode ser justificada pela própria prática docente na EJA, nos anos letivos de 2010 e 2011, e pela busca – como professora da escolar – em diminuir o número de evadidos nesta modalidade de educação, na qual se verifica cotidianamente que alunos/as que ingressam na Educação de Jovens e Adultos não conseguem concluir seus estudos. O que nos instiga saber, as causas destas desistências e tentar intervir e quem sabe combatê-las. Nesta perspectiva, consideramos fundamental a intervenção da gestão escolar nesse processo, uma vez que também é seu papel e envolver-se com o desempenho de seu alunado, fato este contido no

Art. 12 da LDB 9394/96, quando diz que: Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.

2. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SEUS DESAFIOS

Para se compreender como a Educação de Jovens e adultos aconteceu no Brasil, se faz necessário um retrospecto histórico das últimas quatro décadas da ação do Estado no campo da EJA, a partir da - “*Fundação Mobral (1967 – 1985), da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – Fundação Educar (1986 – 1990) e do Programa Brasil Alfabetizado (2003 – atual)*” (SUZUKI, 2009, p. 16).

Sabe-se que a Educação básica dos adultos delinea-se a partir da década de 30 com a consolidação de um sistema público de educação elementar, movimento conjunto com a industrialização e o crescimento populacional. Em 1947 houve o lançamento da Campanha de Educação de Adulto que previa a alfabetização em 3 meses, condensando o ensino primário. No âmbito internacional houve a criação da UNESCO, que desde o início pauta a EJA e organiza a CONFITÉIA, que defendia a aprendizagem ao longo da vida. Logo, aqui no Brasil, têm-se as ideias de Paulo Freire em 1967, a partir do livro *Pedagogia do Oprimido*, que trazia o diálogo como fundamental, e a valorização da leitura de mundo, antes da leitura da palavra.

Como de partida têm-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (**MOBRAL**) o qual foi criado no período da ditadura militar para responder às necessidades do Estado autoritário. Embora o Mobral tenha sido criado em 1967, só iniciou suas atividades em 1969, funcionando com uma estrutura paralela e autônoma em relação ao Ministério da Educação, reedita uma campanha em âmbito nacional conclamando a população a fazer a sua parte: “*você também é responsável, então me ensine a escrever, eu tenho a minha mão domável, eu sinto a sede do saber*” (DOM e RAVEL, 1969)

O Mobral surge para atender a necessidades do Estado, as pessoas eram alfabetizadas, entretanto, a alfabetização se restringia na maioria das vezes a escrita do nome permitindo que esses sujeitos votassem. Nesse período, se recrutam alfabetizadores sem muitas exigências no tocante a formação, qualquer um que sabia ler e escrever podia também ensinar. Qualquer um, de qualquer forma e ganhando qualquer coisa (GALVAO; SOARES, 2004). Desta maneira, foram recrutadas pessoas que sabiam ler e escrever para

ensinar quem não sabia ler ou escrever. Essas pessoas muitas vezes só tinham este conhecimento, e na maioria das vezes não tinha nenhum grau de escolaridade.

Com a implantação da Nova República, ocorre a extinção do Mobral. Desse modo, emerge a Fundação Educar, que desempenhou um papel relevante na atuação do Ministério da Educação junto a Prefeituras municipais e organizacionais da sociedade civil, com destaque nos movimentos sociais e populares, ocorreu grandes mudanças significativas, as quais foram perceptíveis na condução da formação do educador e na concepção político-pedagógico do processo de ensino-aprendizagem. O período foi marcado pelos conflitos entre Estado e Movimentos Sociais originários pelo atraso no repasse dos recursos e na defesa da autonomia dos movimentos na condução dos processos pedagógicos. (FARIAS, 2006, p. 16).

No ano de 1990, ano Internacional da Alfabetização aconteceu o contrário, ao invés do Governo de Fernando Collor de Mello dar prioridade a Educação, simplesmente aboliu a Fundação Educar, sem criar nenhuma outra instância que assumisse suas funções. Desta forma, a partir deste ano o Governo ausenta-se como articulador e indutor de uma política de alfabetização de jovens e adultos no Brasil. Em 2002, na gestão do governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi criado o Programa Brasil Alfabetizado e das Ações de continuidade da EJA.

Nesta perspectiva, a educação de jovens e adultos (EJA) é vista como uma forma de alfabetizar quem não teve oportunidade de estudar na infância ou aqueles que por algum motivo tiveram de abandonar a escola. Esse direito está na Constituição Federal de 1988 no Art. 208 que diz

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (...) § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. (BRASIL, 1988).

Por conseguinte, se faz necessário hoje a capacitação continuada em todas as fases da vida, e não somente durante a infância e a juventude. Neste sentido Ireland (2009), ressalta que o processo de educação no indivíduo tem três dimensões: a individual, a profissional e a social. A dimensão individual considera a pessoa como um ser incompleto, que tem a capacidade de buscar seu potencial pleno e se desenvolver, aprendendo sobre si mesmo e sobre o mundo. A dimensão profissional incluiu a necessidade de todas as

peças se atualizarem em sua profissão. Na dimensão social (sendo este, a capacidade de viver em grupo), um cidadão, para ser ativo e participativo, necessita ter acesso a informações e saber avaliar criticamente o que acontece. (IRELAND, 2009).

Contudo, não basta somente a capacitação dos alunos para futuras habilitações nas especializações tradicionais. Trata-se de ter em vista a formação destes para o desenvolvimento amplo do ser humano, tanto para o mercado de trabalho, mas também para o viver em sociedade.

2.1. Evasão Escolar na EJA: causas e consequências.

São muitas as discussões sobre as causas atreladas ao que se denomina evasão escolar ou desistência. Hoje se sabe que não se pode atribuí-las apenas aos alunos ou a fatores extra-escolares, como deficiências de ordem biológica, psicológica e cultural e carências de diversos tipos, mas, deve-se levar em conta outros fatores que também podem contribuir com o abandono escolar.

Segundo Fini (1996) a evasão pode acontecer por diversas causas: deficiência de projetos políticos pedagógicos das escolas, deficiência na formação dos educadores, deficiência nos métodos avaliativos dos professores, problemas de ordem afetiva/emocional, de ordem familiar, preconceitos por conta de diferenças sócio-culturais do aluno, desconhecimento por parte da escola sobre o processo de construção do conhecimento, desconsiderando os diferentes níveis de desenvolvimento cognitivo, entre outros fatores que fazem com que nossos alunos evadam das escolas brasileiras.

Para Dimenstein (2001, p.166), quando a criança, o jovem ou adulto abandona a sala de aula segue caminhos diversos, alguns deles bastante tortuosos, como as ruas. O que se observa também é que alguns alunos se matriculam apenas para receber a carteira de estudante e, após o recebimento, deixam o ambiente escolar. Isso evidencia, o quanto não compreende a importância da educação formal. Esta situação ocorre com frequência na Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor Salles, na qual vários alunos se matriculam com o intuito de obter a carteira de estudante por lhes possibilitar descontos em eventos culturais e a meia passagem nos transportes urbanos e intermunicipais.

Desse modo, a evasão escolar é uma questão complexa que deve ser refletida por toda a comunidade escolar, tendo em vista, tentar de alguma maneira combatê-la. Nesse sentido, é importante pensar sobre os fatores que podem estar levando os alunos a evadir, como os já explicitados por Fini (1996), como também se questionar sobre o que o Projeto Pedagógico aponta para a modalidade EJA, no tocante ao currículo, e como é pensada e aplicada a avaliação para essa modalidade de ensino.

Para combater a evasão escolar, principalmente na EJA é necessário atacar em duas frentes: uma de ação imediata que busca resgatar o alunado evadido; e outra de reestruturação interna que implica a discussão e avaliação das diversas questões enumeradas acima, essencialmente, os métodos avaliativos dos docentes em relação aos alunos da EJA e demais alunos/as do ensino regular, respaldados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Art. 24, inciso V:

a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno [...]; b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; c) aproveitamento de estudos concluídos com êxito; d) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo [...]. (BRASIL, 1988).

Além disto, em parceria com o poder judiciário, uma vez que este pode em parceria com a escola realizar campanhas de esclarecimento, mostrando que a modalidade de ensino EJA é um direito do jovem e do adulto e este está previsto também na LDB no Art. 37 – *“A educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”*, e que, o responsável pelo aluno de menor pode, inclusive responder processos por abandono intelectual quando seus filhos evadem dos bancos escolares.

Já com os Conselhos Tutelares, podemos realizar projetos de complementação de renda e acompanhamento psicológico, pois como nos relata Dimenstein (2001) à evasão escolar em alguns casos é relacionada condição socioeconômica dos pais, assimilemos o que o autor nos diz:

De cada cem crianças que entram na primeira série do ensino fundamental, apenas vinte chegam à oitava série. Há uma relação entre evasão escolar e condição de vida dos pais, os mais pobres exigem que o filho gere renda.(DIMENSTEIN, 2001, p.38)

Como se percebe, o autor relaciona o trabalho à evasão escolar, principalmente, o infantil, mas isto não é tão simples. Mesmo com a garantia de renda aos pais desde que mantenham seus filhos na escola a exemplo dos programas sociais: bolsa-renda, PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), Bolsa-escola entre outros, o índice de evasão persiste, tanto é que deve ser revisto a atuação dos pais enquanto seu papel de garantir a assistência educacional a seus filhos, boa parte desses acabam pecando por negligência. Para que possamos entender um pouco desta complexidade que envolve a evasão escolar adotamos o que Caldas (2003) denomina de os “dez mandamentos” da evasão escolar:

- I. Verificar se a escola vem despertando o interesse dos alunos pelo/no processo ensino/aprendizagem;
- II. Verificar se a escola e seus educadores vêm oferecendo respostas para as ansiedades e dúvidas de seus educandos;
- III. Sempre que possível, trazer à escola os pais e/ou responsáveis pelos alunos;
- IV. Fomentar a conscientização dos pais e/ou responsáveis e alunos quanto à importância dos estudos formais;
- V. Motivar todos os educadores ao redor de um objetivo único: “Combater a Evasão Escolar”;
- VI. Fazer contato com os pais e/ou responsáveis pelos alunos que estejam com mais de dez faltas, consecutivas ou não;
- VII. Informar aos pais e/ou responsáveis o número máximo de faltas permitidas durante o ano letivo, segundo a LDB;
- VIII. Alertar os pais e/ou responsáveis quanto às penalidades previstas em Lei pela não permanência de seus filhos na escola (abandono intelectual);
- IX. Realizar, registrando-se em ata, até três tentativas de conversação com os pais e/ou responsáveis pelos alunos em vias de evasão escolar;
- X. Após se esgotarem os recursos acima, comunicar o caso à supervisão de combate à evasão escolar da Secretaria Municipal da Educação.

Diante disto, percebemos que é preciso que divulguemos estes procedimentos e uma das opções consiste na realização de palestras nas escolas onde se registra os maiores índices de evasão, para que se possa reunir as equipes diretivas, professores, alunos, pais e responsáveis, com o intuito de discutir o combate a evasão escolar determinando e avaliando cada uma das partes no seu papel perante a sociedade, pois, para Yazzle (1993), o abandono escolar impede a formação profissional, criando problemas sociais.

Contudo, a evasão escolar dentre outras possibilidades é também fruto da repetência, uma vez que muitos alunos/as ao repetirem o ano não demonstram progresso e

não contam com políticas de incentivo mais efetivas o que acabam por abandonarem de vez os estudos. Portanto, quando se trabalha com educação de jovens e adultos, é nítida a presença e o desinteresse de alunos/as fora de faixa etária em sala de aula, porque não se adaptam ao ambiente e acabam abandonando os estudos e simplesmente acostumando-se a ver nos diários de classe na sua folha de registros a palavra “desistente”.

2.2. A Avaliação da Aprendizagem na EJA.

De acordo com Libâneo (1994) avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente no trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Logo, avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar, tanto do professor quanto do aluno. A avaliação é um dos principais instrumentos a ser utilizado pelos professores para ajudar o seu aluno a avançar. Por meio dela, o professor saberá como o aluno se encontra e em que necessita avançar. Entretanto, percebemos que a prática avaliativa que a maioria dos educadores usa é a de forma classificatória, a qual avalia os discentes por meio de uma prova ou trabalho escrito, passando a exigir apenas aquilo que foi depositado no aluno como sendo uma conta bancária.

Diante disto, não se pode considerar o século XXI como um período de grande avanço do ensino e aprendizagem, no que diz respeito às práticas avaliativas, visto que alguns professores ainda continuam avaliando os alunos de maneira classificatória passando a julgá-los como “bons e ruins”, vejamos o que nos diz Libâneo:

O professor deve observar todo o modo de vida dos alunos, como o nível do desenvolvimento intelectual, as dificuldades de assimilação dos conteúdos, as condições socioeconômicas e culturais, diante de tudo isso o professor deve avaliar seu aluno pelo mérito individual, incluindo os fatores interno e externo dos alunos que tem uma grande influência no processo de ensino aprendizagem, chegando a afetar no processo de ensino aprendizagem. (LIBÂNEO, 1994, p.31).

Com base no fragmento acima, o aluno deve ser auxiliado durante o desenrolar das atividades realizadas em sala de aula, para que o mesmo não seja impossibilitado de (re)

criar o seu próprio método de estudo, quando isto não acontece, o aluno por não conseguir dar as respostas que o professor deseja que ele dê, através de uma prova, se sentirá incapaz e se culpará pelo seu fracasso. Isso fará com que seja excluído dentro da sala, pois de um lado fica aqueles que tiram notas boas e do outro aqueles que tiram as piores notas, isso gera o processo de exclusão. O que fará com que os alunos evadam, porque o professor castra – com a avaliação classificatória – suas perspectivas de aprender, no instante que os classifica.

Para Libâneo (1994), as dificuldades enfrentadas na avaliação é um ponto de partida para o desenvolvimento de uma boa aprendizagem, pois é a partir dessas que deve ocorrer uma interação entre professores e alunos, cabendo a estes desenvolver a sua criatividade diante do conteúdo que está sendo repassado para os/as alunos/as. Sendo assim, segundo Saul (1994), a avaliação é uma maneira de medir o conhecimento, em que o método qualitativo de avaliação incorpora várias técnicas através de orientações metodológicas, enfim, a avaliação tem como objetivo verificar a qualidade do processo ensino e aprendizagem.

Deste modo, entendemos que avaliação é de suma importância para evitar que o alunado, não somente, decore os conteúdos repassados pelos professores, mas que eles sejam capazes de raciocinar, construindo, assim, uma visão crítica da sociedade e um espírito participativo. Logo, o processo de avaliação deve ser contínuo, provocando o desenvolvimento do educando, cabendo ao docente observar a capacidade e o ritmo individual de cada aluno. Para que ocorram mudanças no processo de ensino e aprendizagem, a avaliação deve ser qualitativa e não classificatória, observamos o que nos ressalta Luckesi,

A prática classificatória da avaliação é antidemocrática, uma vez uma tomada de decisão para o avanço, para o crescimento. Essa prática classificatória da avaliação confirma a nossa hipótese inicial de que a atual prática de avaliação do aluno é uma prática antidemocrática no que se refere ao ensino. E essa questão da prática classificatória da avaliação torna-se mais graves quando entendermos que o aluno possa ser aprovado ou reprovado por um contrabando entre qualidade e quantidade (LUCKESI, 1998, p.77).

Neste sentido, percebemos que a avaliação deve servir para diagnosticar e orientar todo o processo de ensino e aprendizagem, pois a mesma deve ser contínua, emancipatória

e formativa, como consta no Art. 24 – V, mencionado anteriormente, para que o alunado de forma geral sintam-se mais seguros e entusiasmados para desenvolver seu aprendizado.

No tocante a EJA, Ferrari (2006) nos mostra que a avaliação deve ser de maneira dialogada, entre professor e aluno, levando-os a (re) construir seus conhecimentos por meio do (re) fazer suas atividades diárias de sala de aula, chegando até mesmo a evitar a evasão escolar e levando o alunado da EJA responsabilizar-se pelos seus atos.

Ferrari (2006), ainda nos diz que respeitando o tempo e a especificidade de cada aluno/a, dentro de uma visão em que todos são capazes de aprender e que tenham acesso à escola em horário diferente do trabalho, a avaliação deve aprimorar os conhecimentos dos/as mesmos/as, dando oportunidade para eles participarem do processo educacional, tornando-os cidadãos críticos e participativos na sociedade, levando-os a progredirem de uma série para outra.

Em consonância com Ferrari (2006), vemos que a avaliação na EJA deve consistir em um conselho participativo, em que os resultados são discutidos entre educadores e educandos. Desta forma, é necessário que o alunado EJA seja avaliado por meio do portfólio e, assim, com a utilização deste tipo de avaliação, mostrar o seu desempenho em determinadas matérias ao longo do processo de ensino e aprendizagem. Esta prática avaliativa tem o intuito de ao longo do ano letivo desenvolver o aprendizado do/a aluno/a, o/a qual passa a adquirir, com esta metodologia de avaliação, novos conhecimentos, através do registro cotidiano do seu desenvolvimento.

Sabemos que os/as alunos/as da EJA, não tiveram por algum motivo maior a oportunidade de frequentar, no período ideal, a escola, e que é necessário vê-los de maneira diferenciada, a começar da prática avaliativa. Sendo assim é melhor utilizar o portfólio, como prática desta avaliação, pois os/as alunos/as acabam armazenando os conhecimentos adquiridos durante o semestre e esse tipo de avaliação faz com que o professor os avalie, levando-os em conta todos os fazeres/saberes que estes demonstrarem na sala de aula. Segundo Pires (2006), a avaliação da aprendizagem tem revelado um grande problema no desenvolvimento do processo pedagógico nos diversos níveis e modalidades de ensino, exigindo reflexões sobre a importância de discutir a valorização das práticas avaliativas dos/as alunos/as. Entende-se que cabe aos professores analisarem suas práticas pedagógicas relacionada à modalidade EJA, levando-se em conta que o alunado foi excluído ou impedido de continuarem seus estudos em tempo adequado, por

causa de uma avaliação classificatória que os/as levaram a perderem o estímulo de continuarem a estudar, e evadiram-se dos bancos escolares.

Desta feita, verifica-se que o/a aluno/a da EJA deve ser promovido e não excluído, por serem alunos/as que tiveram suas oportunidades de concluir seus estudos em tempo ideal castradas, até mesmo por práticas avaliativas adotadas por certos professores. Já que estes educandos estão voltando para a sala de aula, cabe aos docentes incentivá-los, avaliando-os através das convivências do seu dia a dia, para melhorar o processo de ensino e aprendizagem. Voltemos nossa atenção para o que nos dizem Bastos e Lobo:

A avaliação deve ser contínua para que possa cumprir sua função de auxílio ao processo de ensino e aprendizagem. A avaliação que importa é aquela que é feita, quando o professor pode estar acompanhando a construção do conhecimento pelo educando; avaliar na hora que precisa ser avaliado, para ajudar o aluno a construir o seu conhecimento, verificando os vários estágios do desenvolvimento dos alunos e não os julgando apenas num determinado momento. (BASTOS E LOBO, 2002, p. 13).

Portanto, os autores acima relacionados, nos mostra em seu texto toda da realidade do alunado EJA, cabendo aos professores conhecer melhor a vida e experiência destes alunos/as, o que se tornaria mais fácil o educador realizar um diagnóstico do educando passando a avaliá-lo por meio do portfólio.

2.3. Gestão Escolar e EJA

Gestão significa tomada de decisões, organização, direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir suas responsabilidades. Sendo assim, a gestão de uma escola é fator muito importante para o bom andamento e funcionalidade no que diz respeito à educação. Combinar uma postura investigativa juntamente com a continuidade de ações pedagógicas, de interesses pelo bem comum que incluem alunos, professores (as) e a comunidade na qual a escola está inserida, irá aperfeiçoar a utilização desse espaço escolar responsável pela educação de jovens e adultos que não tiveram oportunidade de estudar em um currículo considerado “normal” a determinadas faixas etárias.

Neste sentido, o gestor deve promover dentro e fora da organização discussões para que isto ocorra e tem que estar bem informado dos meios e fins institucionais, fazendo com

que este transforme o seu em espaço de formação permanente e continuada. Fazendo sempre uma reflexão sobre suas práticas junto à comunidade escolar, pois sendo a escola um local promotor do diálogo, deve proceder-se à discussão sobre a gestão democrática da escola, sendo favorável a uma maior participação dos agentes educacionais, pais/alunos/professores e funcionários, onde todos se envolvam na construção da efetiva autonomia da escola. Estando a escola inserida no contexto social, deve tanto em sua proposta pedagógica como nas ações práticas do cotidiano escolar, oferecer um espaço amplo para a participação de todos os envolvidos no contexto educacional com objetivos comuns.

De acordo com Ferreira (2004), é fundamental que se faça da escola um espaço de encontro e discussões, um espaço de relações sociais de qualidade, para despertar e incentivar o desejo de saber, dialogando com os interesses e necessidades dos alunos. É esse o momento de repensar a escola, seus currículos, e fazer de nossas práticas educativas um momento pedagógico de humanização.

Contudo, para a EJA, faz-se necessário desenvolver uma prática educativa que se vincule a um projeto de sociedade comprometido com a igualdade e a inclusão social. Nessa prática, tem-se em vista a transformação dessa sociedade que está aí de forma excludente, para reconhecer a diversidade dos sujeitos, das múltiplas práticas e das suas variadas formas de inserção no mundo social, como ainda de suas trajetórias, necessidades e projetos.

3. METODOLOGIA

O nosso trabalho está embasado numa abordagem qualitativa, paradigma de pesquisa que trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo,1993). A pesquisa qualitativa costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento, não buscando enumerar ou medir eventos, mas procurando entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada.

Para Lüdke e André (1986, p. 11).

(...) a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo. Por exemplo, se a questão que está sendo estudada é a indisciplina escolar, o pesquisador procurará presenciar o maior número de situações em que esta se manifeste, o que vai exigir um contato direto e constante com o dia-a-dia escolar.

Nesse sentido, buscamos responder a indagações iniciais, por meio da compreensão do universo escolar, o qual não pode ser medido em termos quantificáveis, mas a partir da observação e do contato direto, numa relação que vai além da mera constatação. É nessa perspectiva que podemos falar da caracterização da pesquisa como se constituindo numa pesquisa-ação.

Para Thiollent (1996, p.14) a pesquisa-ação é

um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo e participativo.

Segundo o autor, esse tipo de pesquisa possibilita a transformação da realidade e a produção de conhecimentos relativos a essa transformação. Sendo assim, podemos

mencionar a importância da perspectiva prática assumida ao longo do desenvolvimento da pesquisa-ação, tendo em vista que

Sem esse objetivo de solucionar problemas práticos a pesquisa-ação não teria sentido, já que seria difícil conseguir a participação dos interessados. A pesquisa-ação, todavia não se restringe aos aspectos práticos, tanto é que a mediação teórico-conceitual se torna presente ao longo de toda a pesquisa. (GIL, p.144)

É a partir dessas considerações que os caminhos serão trilhados em nossa pesquisa, no intuito de pensar o cotidiano escolar, e sobretudo a gestão como elemento colaborador para a superação dos problemas escolares, em articulação com o coletivo na esfera educativa.

3.1. Caracterização da Intervenção

3.2. Campo da Intervenção

A proposta de intervenção ocorrerá nas turmas da EJA da Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor Salles, situada a rua Vereador Antonio Alves Pimentel no distrito de Galante- Campina Grande-PB. Esta, foi fundada em 07 de Março de 1936. A escola tem a finalidade de proporcionar a jovens e adultos da região, um preparo básico em sua formação escolar.

A escola possui uma área de 480 m², dos quais 360 m² correspondem à área construída. Funciona nos turnos manhã, tarde e noite, e atende a alunos/as da zona rural e urbana. O corpo discente da escola é composto por um total de 559 alunos/as, com faixa etária de 9 a 50 anos de idade, sendo 480 do ensino regular e 79 do ensino na modalidade EJA, contemplando do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio e as séries da EJA.

3.3. Sujeitos da Intervenção

Os sujeitos serão os/as alunos/as, das turmas de 5ª/6ª série, 7ª/8ª série do Ensino Fundamental (todas do turno noite), da modalidade de ensino EJA e os professores destas turmas.

3.4. Descrição da proposta de Intervenção

A intervenção se dará nas práticas avaliativas dos professores da E.E.E.F. Monsenhor Salles das turmas da EJA, por meio do portfólio, proposta está que estará contida na construção do PPP da escola.

3.4.1. Ações Propostas

Iniciaremos nossa intervenção fazendo um comunicado convidando todos que fazem parte da escola como: os professores, os funcionários de apoio, representantes de alunos, representantes de pais para darmos início à construção do projeto político pedagógico.

Após este momento, faremos encontros mensalmente com o propósito de incentivar os encontros coletivos. Nesses encontros enforcaremos as principais carências existentes na instituição escolar em que atuamos, procurando ouvir todos em busca de extinguir a avaliação classificatória, pois impede o progresso do aluno.

No segundo semestre começaremos a divulgar de maneira mais ampla a importância da gestão participativa, através da diminuição do índice de evasão escolar na escola, e da realização da avaliação com o alunado EJA por meio de Portfólio, o qual faz com que o professor avalie os alunos, levando os mesmos a construir-se intelectualmente de forma democrática, o que resultaria também na erradicação com o portfólio da reprovação na modalidade EJA

3.4.2. Recursos para a intervenção

Recurso Humano: Contribuirão para a concretização deste projeto, professores e alunos da EJA, direção e pessoal de apoio da secretaria da escola.

Recursos físicos: utilizaremos textos teóricos, para respaldar o uso do portfólio, os PCNs, a LDB de 1996, folhas de papel madeira para a confecção de murais, data-show para auxiliar nas reuniões da construção do PPP, os dados da secretaria referente ao índice da evasão, para pegarmos como meta de diminuí-lo e material didático – pedagógico,

como por exemplo, folhas de ofício, livros paradidáticos, vídeos, músicas, para que os professores possam realizar suas aulas e por em prática a proposta avaliativa através do portfólio e os alunos terão acesso a sala de informática para além de terem aulas, realizarem suas pesquisas via internet e acesso a biblioteca da escola para consultas em demais livros didáticos e revistas.

3.4.3. Avaliação

A avaliação do projeto ocorrerá durante todo o processo de seu desenvolvimento, envolvendo a observação da atuação dos professores, no que se refere às práticas avaliativas, e da receptividade dos/as alunos/as da modalidade de ensino EJA, mediante as atividades (escritas e orais) por eles/elas. Confeção de murais para a publicação em sala de aula das atividades desenvolvidas pelos alunos, considerando-se ainda os avanços obtidos e demonstrados pelos alunos no decorrer e ao final do projeto com a fixação do PPP da escola.

Portanto, a avaliação e o registro dos resultados serão realizados no decorrer desta proposta de trabalho, através de registro escrito sobre as observações, as pesquisas e reflexões, no formato de portfólio. Serão avaliados todos os momentos: desde a elaboração do projeto de intervenção pedagógica na escola, pela produção didático-pedagógica e implementação do projeto de intervenção pedagógica na escola e produção do artigo científico.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Com o intuito de intervir na EJA no afã de contribuir com a redução da evasão escolar, percebemos que a avaliação deve ser repensada, para que haja uma boa qualidade de ensino e aprendizagem e uma diminuição no número de evadidos, cabendo ao professor conhecer a realidade de vida do aluno, visto que fica mais fácil de fazer um levantamento de sua história de vida. Neste sentido, entende-se que a avaliação escolar tem sido um dos maiores problemas existentes no ensino público, em especial na Educação de Jovens e Adultos na a Escola de Ensino Fundamental Monsenhor Salles, pois são os métodos avaliativos realizados pelos educadores que, segundo relatos de alunos/as, fazem com que eles evadam dos bancos escolares.

Diante disto, dentro do padrão de caráter reflexivo, na medida em que sirva de termômetro a identificar as dificuldades apresentadas pelos alunos no decorrer do ano letivo, tornando responsabilidade do professor tomar certas medidas ou executar modificações a favorecer o desenvolvimento intelectual do alunado. Nesta perspectiva, a avaliação classificatória deve ser excluída da modalidade de ensino EJA, pois é dever do professor (res) criar novas práticas avaliativas para acompanhar e desenvolver a aprendizagem dos alunos de maneira democrática, o que ocorre por meio do portfólio, em função de melhorar os conhecimentos para a vida profissional e pessoal do alunado.

Portanto, acreditamos que esse trabalho contribuirá para que os professores compreendam a partir de - subsídios teóricos e práticos a importância do processo

avaliativo. Acreditamos que através da ação coletiva, da união e cooperação de todos, possamos enxergar avaliação com novos olhares. Novas mudanças pela ação coletiva e organizada dos professores, os quais passam a ver a avaliação com novos olhares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, K.C.B.F. e LOBO, C.M.N.N. **Educação de jovens e adultos e promoção social: um desafio para os educadores**. Faculdades Integradas Maria Tereza/fama Th, n.1, p. 1 – 15, 2002.

DIMENSTEIN, G. **Cidadão de papel**. 20ª Ed. São Paulo: Ática, 2001.

DOM e RAVEL, Letra da Música: **Você também é responsável**. 1969.

FARIAS, A.M. Alfabetização e educação popular no contexto das políticas públicas. In: **Simpósio Estadual de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos**, 1., 2006, Pinhão. **Anais...** Curitiba: SEED/PR, 2006. p. 14-21.

FERRARI, C. R. **Avaliação dos Estudantes do Proeja: em busca da Inovação**. Ver Travessias, n.1, p. 1 – 12, out. 2006.

FERREIRA, Naura S. Carapeto. **Repensando e ressignificando a gestão democrática da educação na "cultura globalizada"**. Educação e Sociedade. Campinas, v.25 n. 89, set./dez., 2004.

FINI, L.T. **Rendimento Escolar e Psicopedagogia**. In: SISTO, F.F. e outros (org). Atuação Psicopedagógica e Aprendizagem Escolar. Petrópolis, Vozes, 1996.

GALVÃO, A. M. O.; SOARES, Leôncio José Gomes. História da alfabetização de adultos no Brasil. In: ALBUQUERQUE, Eliane Borges Correia de; LEAL, Telma Ferraz. **Alfabetização de jovens e adultos: em uma perspectiva de letramento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 27-58.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IRELAND, T. A EJA tem agora objetivos maiores que a alfabetização. **Nova escola**. São Paulo. N. 223, p. 36 – 40, 2009.

LEI DE DIRETRIZES E BASES, LDB, LEI nº. 9394/96. Rio de Janeiro: Qualitymarkt. Editora, 1997.

LIBÂNEO, J.C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, C.C. **A avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Proposições**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitex, 1993.

PIRES, A.C. **Avaliação da Aprendizagem na Educação do Jovens e Adultos – EJA**. GT: Educação de Pessoas Jovens e Adultas, n. 18, p. 1 – 7, 2002 – 2006.

SAUL, A. M. **Avaliação emancipatória: desafio à teoria e prática de avaliação e reformação do currículo**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1994.

SUZUKI, J. T. F. **Tecnologias em educação: pedagogia**/ Juliana Telles Faria Suzuki, Sandra Reis Rampazo. São Paulo. Pearson Education do Brasil, 2009.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1996.

YAZLLE, M.E. Meninas não sabem evitar gravidez. **Folha São Paulo**.

ZEICHNER, K. **A formação reflexiva de professores: idéias e práticas**. Lisboa: Educa, 1993.

ANEXO

As seguintes imagens apresentadas, mostra os alunos realizando algumas atividades propostas direcionada as turmas de EJA de 6 ao 9 ano na E.E. Monsenhor Salles. O tema abordado foi Meio Ambiente. Todos interagiram na execução dos trabalhos, concretizando e registrando atividades envolvendo recorte, colagem, leitura silenciosa, oral e compartilhada, como também realizaram algumas demonstrações relacionada ao tema, e por fim, uma produção de texto individual. Na oportunidade, cada aluno expôs, socializando a leitura do seu próprio texto com os demais colegas de sala.



